



MOÇAMBIQUE

Jornal do Governo

GABINETE DE INFORMAÇÃO

ANO II - Nº 0072
SEMANTAL

Directora - Tónia Macuácuca | Editor - Mendes José | 24 de Setembro 2014 | Distribuição Gratuita

FADM celebram 50 anos



• pag 2

IURD homenageia Presidente da República, Armando Guebuza



• pag 3

MCT defende partilha de experiências entre actores comunitários



• pag 4/5

Inhambane precisa de indústria de processamento da fruta



• pag. 6/7

“Continência” pelos 50 anos das FADM

Por Mavildo Pedro/ Moçambique

As Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) comemoram amanhã, quinta-feira, a passagem dos 50 anos da sua criação, a 25 de Setembro de 1964. Diversas actividades estão agendadas para marcar o jubileu dos guardiães da Pátria Amada contra a dominação colonial.

No âmbito das festividades do 25 de Setembro, o Comandante-Chefe das Forças Armadas de Defesa e Segurança, Armando Guebuza, inaugurou, esta segunda-feira, em Maputo, uma exposição (de artigos e instrumentos de trabalho), que retrata a história das FADM.

A mostra, que estará aberta ao público até a noite de quinta-feira, é composta por seis pavilhões que reflectem a história das FADM, artigos da gráfica militar, equipamento logístico militar e agro-pecuários, produzidos no âmbito do programa de logística de produção, e feira de saúde.

Após dirigir a cerimónia de inauguração da exposição, o Chefe do Estado visitou os pavilhões, onde recebeu explicações sobre o funcionamento dos ramos das FADM, nomeadamente o Exército (infantaria), Força Aérea, Marinha de Guerra e os Serviços Cívicos.

O coronel Elias Mondlane, chefe da exposição, explicou que a amostra



PR Armando Guebuza visitando exposição das FADM

expõe as actividades desenvolvidas pelo exército como seu contributo para a promoção de iniciativas de desenvolvimento económico e social do país.

“Tudo o que está patente nos seis pavilhões retrata o dia-a-dia das FADM, desde a história da sua criação, evolução e os seus principais ramos de actuação”, Elias Mondlane referiu que a mostra retrata os 50 anos de existência das Forças Armadas de Defesa de Moçambique como corpo de libertação e de garante da soberania nacional.

O coronel acrescentou que a exposição retrata igualmente a história do país, uma vez que o jubileu das FADM se assinala na mesma ocasião com a passagem dos 50 anos do desencadeamento da Luta de Libertação Nacional.

Além da exposição, a passagem do 25 de Setembro será marcada pela realização de um espectáculo naval, a ter lugar amanhã, na baía de Maputo, sob os auspícios da Marinha de Guerra de Moçambique.

Para além desta exposição, a passagem do dia 25 de Setembro será marcada pela realização de outras actividades, entre as quais um espectáculo naval a ter lugar amanhã na baía de Maputo, sob os auspícios da Marinha de Guerra de Moçambique.

Ficha Técnica



Propriedade do
Gabinete de Informação

Registo Nº11/GABINFO-DEC/2013

PERIODICIDADE: Semanal

DIRECTORA: Tónia Macuácuva - 82 98 84 677

EDITOR: Mendes José- 84 345 4000

REDACÇÃO:

Brigida da Cruz, Elisete Muiambo, Manuel Zavala, Mavildo Pedro

MAQUETIZAÇÃO: Jornal Moçambique

REVISÃO: Marcelino E. Mahanjane

MAPUTO, Av.Francisco Orlando Magumbwe Nº780

5º Andar - jornalmocambique@gmail.com

tel nº 21 49 02 09

www.portaldogoverno.gov.mz

IURD homenageia Presidente Armando Guebuza

Cortesia/AIM

O Presidente da República, Armando Guebuza, desafia as instituições religiosas a contribuírem para o cumprimento dos acordos alcançados durante o diálogo entre o Governo e a Renamo, que culminaram com a assinatura e homologação de um entendimento de cessação de hostilidades no país.

Guebuza falava em Maputo, na cerimónia de sua homenagem pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), em reconhecimento das suas realizações e promoção do bem-estar dos cidadãos.

O Presidente é igualmente homenageado por ter “despertado”, nos cidadãos, a concepção de que o desenvolvimento do país não é tarefa exclusiva do Governo, mas de todos os moçambicanos, e que só se pode alcançar o progresso com trabalho e dedicação.

O Chefe do Estado explicou que o desafio lançado às confissões religiosas visa a superação das dificuldades que possam surgir na agenda governamental de manutenção da paz em nome da pátria, unidade e reconciliação nacional.

“O primeiro desses desafios prende-se com a aplicação dos acordos. Trata-se de um desafio que tem seus subjacentes nos processos de desmilitarização, desmobilização e reintegração das forças residuais da



Presidente da República, Armando Guebuza

Renamo, por um lado, na vida civil, e por outro lado, nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique e na Polícia da República de Moçambique (PRM)”, explicou o Chefe do Estado.

Na sua intervenção, Guebuza destacou que a IURD e outras igrejas têm um papel preponderante no desarmamento das mentes para que a Renamo se conforme com o patente ordenamento jurídico nacional, que nenhum partido político deve estar armado e ter oficiais, de qualquer nível, no activo e nas suas fileiras.

“Por isso, quando sentem que estes valores estruturantes da criação do bem-estar, paz, unidade nacional e a reconciliação nacional estão sendo colocados em causa, as confissões religiosas devem se juntar à voz de toda a sociedade através de cultos e eventos ecuménicos”, apelou o estadista.

Segundo Guebuza, as igrejas terão ainda um papel importante para

limpar as lágrimas de quem ainda chora a perda de ente queridos durante a tensão político-militar, que se prolongou por quase dois anos, particularmente em algumas regiões do centro do país.

Em resposta à homenagem, o Presidente da República saudou o gesto e referiu que o mesmo é nobre e encorajador para a persistência do compromisso colectivo com a cultura de paz, consolidação da unidade e o aprofundamento da reconciliação nacional.

A cerimónia de homenagem ao Chefe do Estado teve lugar no Cenáculo Maior da IURD e foi testemunhada pela Ministra da Justiça, Benvinda Levy, presidente do Município de Maputo, David Simango, Governadora da Cidade de Maputo, Lucília Hama, presidente da IURD, José Guerra, entre outras personalidades e convidados.

MCT defende partilha de experiências entre actores comunitários

Por Elisete Muiambo/ Moçambique

Os sectores da ciência e tecnologia constituíram tema central de um seminário, que juntou organizações comunitárias em Maputo, onde apresentaram as suas inovações nos ramos agrário, turismo e sistemas integrados. Trata-se de uma iniciativa que serviu para a partilha de experiências entre os actores comunitários, as quais serão replicadas pelo país.

Ao longo dos anos, as comunidades têm criado condições para a sua sobrevivência, e, através da inovação melhoram a qualidade de vida. Nesta perspectiva, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) juntou, em seminário, diversas experiências, com o intuito de difundi-las e replicá-las pelo país a custos reduzidos. Na sua intervenção durante o evento, o Ministro da Ciência e Tecnologia, Louis Pelembe, explicou que a partilha das experiências e boas práticas de



desenvolvimento comunitário em diferentes áreas podem servir de modelos para as comunidades que apresentam dificuldades diversas. "Queremos encorajar o aprofundamento do debate sobre o mecanismo de articulação e comunicação permanente entre os actores de desenvolvimento comunitário, pois essa plataforma poderá alargar os espaços de troca de

experiências e partilha de informação além da realização dos seminários", explicou o dirigente. Por outro lado, Pelembe afirmou ser fundamental que as experiências sejam partilhadas em forma de livro para que as comunidades tenham acesso ao conhecimento. Por seu turno, o representante do Centro Zonal Noroeste do Niassa, Óscar Chichongue, explicou que a instituição é responsável pela coordenação e execução da política, bem como de estratégias e programas/projectos de investigação agrícola, acrescentando que a mesma desenvolve práticas simples adaptadas ao sector familiar, médias e grandes empresas do ramo de agricultura; desenvolve, seleciona e liberta variedades das principais culturas da região, adaptadas ao sector familiar e privado; recolhe e preserva o



Cont. na pág 5

germoplasma local das principais culturas da zona; produz semente pré-básica e básica de variedades adaptadas; Apontou que o Centro Zonal Noroeste do Niassa prepara recomendações sobre práticas de cultivo e publicações de carácter técnico-científico e ajuda no treinamento e formação de extensionistas, em coordenação com os Serviços Provinciais de Extensão Rural (SPER) e Serviço Provincial de Agricultura (SPA).

As áreas de pesquisa do Centro Zonal Noroeste do Niassa são o melhoramento genético; agronomia/fitotecnia, recursos naturais (solos e florestas), ciências animais (melhoramento, sanidade, produção e nutrição), biotecnologia (biologia molecular e cultura de tecido), pesquisa socioeconómica e

pós-colheita. O seminário, com a duração de dois dias, contou com a participação de cerca de 100 actores de desenvolvimento rural, e apresentou experiências de transferência de tecnologias para o desenvolvimento comunitário.

Feira Nacional de Ciências e Prevenção do HIV/SIDA
Está em curso na cidade da Matola, no Instituto de Formação de Professores, uma Feira, em que os alunos demonstram as suas capacidades de inovação em diversas áreas. O evento conta com mais de 80 expositores. Falando do evento, o Ministro da Ciências e Tecnologia referiu que o mesmo é uma forma de identificar e formar jovens com talento nas escolas, e prepara-los para o prosseguimento dos estudos ou a ingressar no mercado do trabalho nas áreas de matemática,

ciências e tecnologia, de modo a construir um corpo de cientistas, engenheiros e tecnólogos rumo a um Moçambique livre do HIV/SIDA. Pelembe referiu que no país as mulheres ainda participam de forma fraca em relação aos homens no campo das ciências exactas.

“As mulheres são a minoria no estudo das disciplinas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática”, afirmou o Ministro, acrescentando, no entanto que “o Ministério de Ciência e Tecnologia tem a tarefa de aumentar a participação dos alunos, em especial as mulheres, nos programas de Ciência e Tecnologia”.

Na ocasião, Louis Pelembe saudou os professores pela responsabilidade de dotar os jovens de competências técnicas e tecnologias para exploração dos recursos rumo ao combate à pobreza e geração de riqueza no país.

IGT detecta violações laborais em empresas e ONG`s

Com o objectivo de manutenção da paz sócio-laboral no país, particularmente na província de Gaza, e face ao persistente desconhecimento ou negligência de alguns empregadores e entidades patronais, incluindo os trabalhadores, em matéria de cumprimento de Leis, a Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) vem multiplicando acções de sensibilização nas empresas em outras unidades de produção, sobre a necessidade de se observar a legislação laboral em vigor. Acções inspectivas foram levadas a cabo semana passada em 13 estabelecimentos e empresas do ramo turístico, educacional, comercial e de transportes, incluindo Organizações

Não-Governamentais (ONG), abrangendo 136 trabalhadores, 98 dos quais do sexo feminino, além de uma palestra de consciencialização sobre aspectos ligados à área laboral, sobretudo na chamada de atenção sobre conflitos laborais entre os empregadores e os trabalhadores. Foram detectadas 11 infracções à Lei do Trabalho, que resultaram em multa para 8 empresas e ONG`s, enquanto outras 3 terminaram em advertência, ficando com o compromisso de corrigir as irregularidades detectadas pela IGT, dentro do prazo recomendado. As equipas inspectivas abordaram 5 trabalhadores de nacionalidade estrangeira, dois dos, quais foram

suspensos, por se encontrarem em situação ilegal, sobretudo por falta de contrato de trabalho em Moçambique. Na província de Gaza, a IGT tem estado a desactivar circuitos de recrutamento ilegal de mão-de-obra estrangeira, à semelhança do que acontece em outros pontos do país, fenómeno que tem contado, em algumas vezes, com a conivência das respectivas empresas contratantes, havendo casos em que se recorre a cidadãos sem a qualificação exigida, a um estrangeiro para trabalhar em Moçambique, a falta de documentação que autoriza a residência ou a trabalhar no país, além da falsificação de documentos pessoais e académicos.

Inhambane precisa de indústria de processamento da fruta

Por : Brígida da Cruz Henrique/Moçambique

Os distritos de Inharrime e Morrumbene, na província de Inhambane, produtoras de manga, laranja, tangerina, ananás, incluindo mandioca procuram parceiros para fazer o devido aproveitamento da fruta. Por um lado, os governos locais incentivam os mutuários dos sete milhões de meticais a investirem no agroprocessamento e, por outro, empresários há que exportam manga para a vizinha África do Sul, enquanto o distrito de Homoíne, se desdobra em resolver os problemas de erosão, que em cada época chuvosa vai deixando a vila esburacada e com problemas de abastecimento de água.

O 'Jornal Moçambique' visitou Panda, Inharrime, Morrumbene e Homoíne e constatou que com a actividade piscatória, agro-pecuária e a produção de fruta diversa, a população vem melhorando as condições de vida e, ao longo da Estrada Nacional Número-1 (EN1) é



visível colorido de tomate, alface, couve, cebola, incluindo fruta, quer em bancas, como em bacias, vendidos por mulheres de todas as idades. Todavia, a fruta não é devidamente aproveitada.

Nos pomares é comum ver fruta a decompôr-se devido a ausência de mecanismos de processamento, o que faz com que a mesma seja entregue ao cliente a "preço de banana". Em alguns casos, tem sido o próprio cliente

quem marca o preço de compra. Assim acontece no povoado de Fanha-fanha, posto administrativo de Pembe, distrito de Homoíne, onde uma lata de farinha de mandioca é vendida a 130 meticais, porém, os "guevas" ou clientes baixam o preço até 60 meticais.

"Estamos infelizes. Há muita fruta que não é aproveitada", observou o administrador do distrito de Inharrime, Daly Cumanda, ressaltando que "o esforço é incentivar os projectos (já estão habilitados três) de agroprocessamento para se ocuparem desta actividade".

O processamento da fruta inclui a produção de leite, que consistirá na sua esterilização para fabricar manteiga, queijo, iogurte, além do engarrafamento do próprio leite. O distrito responderá satisfatoriamente àquela componente porque tem uma



Cont. na pág 7

população de cerca de 25.654 cabeças de gado bovino.

Igual viragem será dada à mandioca, que em colaboração com a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) serão capacitados os associados da cooperativa Josina Machel de Inharrime e alguns privados, para aprenderem a fabricar pão com base na farinha de mandioca, embora a cooperativa já produza “rhale” e biscoitos de mandioca, consumidos um pouco por toda a província de Inhambane e em outras cidades de Moçambique.

Em Morrumbene, a fruta continua a ser vendida fresquinha, como relatou Elsa Armando, administradora do distrito, anotando que a região tem realizado feiras da manga e de citrinos, exercício que despertou a atenção de alguns empresários que se prontificaram em exportar o produto (manga bruta) para a África do Sul.

Naquela região, o sector privado já aposta na produção de chips, a partir de manga seca e “esperamos que se tenha sucesso”, observa Alça Armando, que por perceber e ver que há muita fruta a deteriorar-se convidou os parceiros e o sector privado a apoiarem os produtores.

Morrumbene destaca-se também pela produção de mariscos, que, segundo a fonte, fazem com que grande parte da população daquela região escolha os mariscos na sua dieta alimentar e na geração de renda. “Anualmente

capturamos cerca de três toneladas de mariscos diversos, vendidos na cidade de Maputo, principalmente, como também é a base alimentar da população”, diz Alça Armando.

Na região existem 31 projectos ligados à pesca, cuja actividade é intercalada com a agricultura, como forma de dar tempo e espaço para que os mariscos no seu todo se desenvolvam e, em Inharrime, de acordo com o administrador Daly Cumanda, o peixe, que é essencialmente da água doce, é capturado em nove lagoas e três rios permanentes, nomeadamente, Nhassue, Inharrime e Nhamitude, cuja pesca varia entre 40 a 45 toneladas por ano. “O rendimento contribui para a dieta alimentar e para a comercialização”

Panda e Homoíne não partilham a mesma sorte que os vizinhos Inharrime e Morrumbene em termos das actividades descritas nem no que diz respeito a vias de acesso, por tratar-se de regiões áridas, que não oferecem oportunidades de prática da agricultura. Inharrime e Morrumbene localizam-se em zonas geográfica e economicamente favoráveis, ao longo da EN1 e são banhados por muitos rios.

O distrito de Homoíne, através do posto administrativo de Pembe, possui o rio Nhavarre e o Lago Pembe que fornecem peixe, não em grande escala, à população local e circunvizinha, como Fanha-fanha, Mbenhane, Komo, entre outros.

Nas margens do rio e do lago produz-se, igualmente, hortícolas, vendidas na vila-sede de Homoíne. Todavia, as regiões de Panda e Homoíne enfrentam problemas das vias de acesso e erosão. “Mas estamos a lutar, construindo valas de drenagens, mas aquelas deveriam ser acompanhadas de asfaltagem das artérias da vila, porque a água da chuva arrasta areia, que volta a fechar as valas”, lamentou a Secretária Permanente do distrito de Homoíne, Ana Cândida.

Bancos comerciais para acelerar o desenvolvimento

Excepto Homoíne e Inharrime, os distritos de Morrumbene e Panda queixam-se da falta de bancos comerciais, que permitiriam a população fazer transacções e a circulação do dinheiro. “Em Inharrime, por exemplo, onde a actividade comercial é intensa, faz falta um banco comercial”, elucidou a administradora distrital.

Os funcionários do Estado que recebem os salários via banco são obrigados a percorrer longas distâncias para o acesso a um banco, com todos os riscos, desde os acidentes de viação, assaltos ou mesmo perda de dinheiro.

Os bancos comerciais são essenciais pois oferecem serviços financeiros, facilitam os pagamentos e ajudam a desenvolver o comércio comunitário, nacional e internacional.

PM Vaquina: A imprensa deve comunicar com responsabilidade

Cortesia AIM

O Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina, adverte que a deficiente disseminação da informação pelos meios de comunicação pode perturbar os esforços dos cidadãos e famílias na luta contra a pobreza, e afectar o bom desempenho da economia moçambicana.

Vaquina falava em Maputo, na cerimónia de abertura da I Conferência Anual sobre Comunicação e Desenvolvimento, organizada pela Televisão de Moçambique (TVM) e jornal Notícias, onde exortou a imprensa a comunicar com responsabilidade.

“Uma deficiente disseminação da informação ou a profusa disseminação de informação incorrecta a respeito do percurso da nossa indústria extractiva ou doutro assunto importante da vida nacional pode levar a que sejam geradas percepções erradas capazes de perturbar os esforços dos cidadãos e famílias na luta contra a pobreza e afectar negativamente no bom desempenho da nossa economia”, apontou Vaquina, explicando que é responsabilidade de todos os moçambicanos, incluindo os jornalistas, produzir e veicular uma informação correcta sobre a vida dos moçambicanos.

O Primeiro-Ministro afirmou ser “necessário que com a responsabilidade nos comuniquemos e comuniquemos para o



Primeiro-Ministro, Alberto Vaquina

desenvolvimento de Moçambique, explicando com clareza e honestidade que o futuro que todos ardentemente desejamos só será alcançado se formos capazes de viver o presente com a serenidade, paciência e trabalho perseverante próprio”. O governante referiu que comunicar é essencial para a vida em sociedade. “Comunicar para o desenvolvimento pode ser entendido como o processo de utilização da preciosa faculdade humana de comunicação para induzir mudanças positivas, mudanças favoráveis, mudanças para melhorar as vidas das pessoas”, defendeu o dirigente.

No seu discurso, Alberto Vaquina afirmou que a consolidação da unidade nacional e da defesa dos interesses nacionais, a promoção da justiça social, bem como a elevação da consciência social, educacional e

cultural dos cidadãos são alguns dos preceitos fundamentais na Lei da Imprensa.

Por isso, disse acreditar que a referida conferência e as reflexões que a mesma encerra “colocam-nos perante um grande desafio, assente no imperativo maior que é a defesa do interesse nacional, nomeadamente, a promoção de uma consciência jornalística que respeite a ética deontológica profissional”.

O Primeiro-Ministro frisou que o Governo espera, com a participação dos meios de comunicação públicos e privados, da sociedade civil e da população em geral, que todos sejam capazes de encerrar o presente e futuro com a devida seriedade e serenidade, usando os espaços de diálogo e participação existentes para colocar as ideias ao serviço do desenvolvimento económico e social em Moçambique.



CÓDIGO DA ESTRADA

ARTIGO 127 (Carta de condução) *Continuação*

Os titulares de carta de condução válida para veículos da categoria C

consideram-se também habilitados para a condução de:

- a) Veículos da subcategoria C1;
- b) Veículos referidos nos n.ºs 3 e 4 do presente artigo;
- c) Outros tractores agrícolas ou florestais com ou sem reboque, máquinas agrícolas ou florestais e industriais.

6. Os titulares de carta de condução válida para veículos da categoria BE

consideram-se também habilitados para a condução de tractores agrícolas ou florestais com reboque ou com máquina agrícola ou florestal rebocada, desde que o peso bruto do conjunto não exceda 6.000 kg.

7. Os titulares de carta de condução válida para conjuntos de veículos das subcategorias C1E ou CE consideram-se também habilitados para a condução de conjuntos de veículos da subcategoria BE.

8. Quem conduzir veículo de qualquer das categorias referidas no n.º 1 para a qual a respectiva carta de condução não confira habilitação é punido com multa de 1.000,00 Mt.

9. Quem, sendo titular de carta de condução válida para as categorias B ou BE, conduzir veículo agrícola ou florestal ou máquina para o qual a categoria averbada não confira habilitação é punido com multa de 1.000,00 Mt.

10. As cartas de condutor passadas a indivíduos que, por virtude de aleijão ou deformidade, careçam de veículos adaptados, indicarão também o número de matrícula do veículo que o seu titular está autorizado a conduzir. A condução por estes indivíduos de qualquer outro veículo automóvel é punida com a multa de 1.500,00 Mt.

11. Não podem ser condutores profissionais, salvo tendo havido reabilitação, os indivíduos condenados por qualquer dos crimes seguintes:

- a) Furto doméstico, abuso de confiança e burla;
- b) Associações de malfeitores;
- c) Estupro, violação e corrupção.

12. A carta de condutor de serviço público de passageiro é passada ao condutor profissional com mais de 21 e menos de 65 anos de idade, aprovados em exame específico e que tenham, pelo menos, um ano de prática intensiva na condução de veículos automóveis e as necessárias condições psicofísicas, comprovadas por atestado médico.

13. A carta de condutor de carga-perigosa é passada ao condutor profissional

Breves

Curso de Secretariado Executivo apreciado por candidatos a emprego

O curso de Secretariado Executivo tem sido um dos mais procurados, dos mais de 14 ministrados no Centro de Formação Profissional de Quelimane, adstrito à Delegação provincial do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional (INEFP) na Zambézia. O curso é uma das maiores opções de candidatos a emprego, bem como de cidadãos que já trabalham mas que precisam de reciclagem ou readaptação, sobretudo na componente técnico-tecnológica.

Trata-se maioritariamente de candidatos do sexo feminino, situação que se observa tanto nos centros de formação profissional do sector público, como nos privados.

Com a duração de 4 meses, o Centro de Formação Profissional de Quelimane está a ministrar o curso de Secretariado Executivo, com 26 candidatos, entre os 15 e 35 anos.

Jovens procuram orientação no INEFP

O Centro de Emprego e Formação Profissional da Machava, pertença do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP), Delegação provincial de Maputo, acolheu, nas últimas duas semanas do mês em curso, crescente número de cidadãos em busca de assistência em matéria de orientação profissional.

Neste contexto, 96 candidatos a emprego inscreveram-se no centro de formação, para receber orientação profissional nas áreas em que pretendem trabalhar.

O Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional tem vindo a adoptar, à escala nacional, uma filosofia com o objectivo de dar oportunidade aos cidadãos que nunca frequentaram cursos profissionais ou áreas do saber-fazer, não obstante terem concluído os respectivos níveis académicos, nomeadamente no ensino secundário geral e superior, facto que tem proporcionado facilidades aos visados, em termos de aceitação ou absorção no mercado de emprego.



com mais de 25 e menos de 65 anos de idade.

14. O conteúdo dos cursos para a obtenção da carta de condutor de serviço público e de carga perigosa, bem como os respectivos exames, são definidos por diploma do Ministro que superintende a área dos Transportes.

15. A carta de condução para as categorias A1, A, B, C1 e C, com ou sem a subcategoria E tem a validade de cinco anos e dois anos para as subcategorias P, D e G.

16. Os condutores que, embora titulares de qualquer dos documentos referidos no n.º 1 do presente artigo, forem encontrados a conduzir sem o trazerem consigo são punidos com a multa de 200,00 Mt.

17. Os indivíduos encontrados a conduzir sem estarem habilitados são punidos com a pena de prisão de três dias a seis meses e multa de 5.000,00 Mt, graduada de acordo com as seguintes circunstâncias:

- a) Não possuir carta de condução;
- b) Possuir título de condução cassada ou com suspensão do direito de conduzir;
- c) Possuir título de condução caducada há mais de trinta dias.

Nos casos previstos nas alíneas b) e c) a pena de prisão é substituída por multa.

ARTIGO 128

(Licença de condução)

1. As licenças de condução a que se refere o n.º 2 do artigo 126 são as seguintes:

- a) De ciclomotores;
- b) De veículos agrícolas.

2. A licença de condução referida na alínea a) do número anterior habilita a conduzir uma ou ambas as categorias de veículos nela averbadas.

3. A licença de condução de veículos agrícolas habilita a conduzir uma ou mais das seguintes categorias de veículos:

I: Motocultivadores com semi-reboque e tractocarros de peso bruto não superior a 2.500 kg;

II:

a) Tractores agrícolas ou florestais simples ou com equipamentos montados, desde que o peso máximo não exceda 3.500 kg;

b) Tractores agrícolas ou florestais com reboque ou máquina agrícola ou florestal rebocada, desde que o peso bruto do conjunto não exceda 6.000 kg;

c) Máquinas agrícolas ou florestais ligeiras e tractocarros de peso bruto superior a 2.500 kg;

III: Tractores agrícolas ou florestais com ou sem reboque e máquinas agrícolas pesadas.

4. Quem, sendo titular de licença válida apenas para a condução de ciclomotores, conduzir motociclo ou, sendo titular de licença de condução de veículos agrícolas, conduzir veículo da categoria B, C1 e C é punido com a multa de 750,00Mt.

ARTIGO 129

(Outros títulos)

1. Além dos títulos referidos nos artigos 127 e 128, habilitam também à condução de veículos a motor:

- a) Licenças especiais de condução emitidas para o corpo diplomático e cônsules de carreira acreditados no país;
- b) Cartas de condução emitidas por outros Estados membros da SADC;
- c) Carta de condução emitida por Estado estrangeiro que o Estado Moçambicano se tenha obrigado a reconhecer, por convenção ou tratado internacional;
- d) Cartas de condução emitidas por Estado estrangeiro, desde que este reconheça idêntica validade aos títulos nacionais;
- e) Licenças internacionais de condução;
- f) Boletins de condução militares.

O jubileu das FADM

As Forças Armadas de Defesa de Moçambique celebram, amanhã, 25 de Setembro, 50 anos da sua criação, sob o lema “Celebrando 50 anos inspirados na unidade nacional, no patriotismo, na paz e na heroicidade da geração 25 de Setembro”.

Foi a 25 de Setembro de 1964 que Moçambique viu nascer um dos elementos que constituem uma Nação, garantindo a integridade territorial e a defesa da pátria: a Força Armada. Foi esta força, maioritariamente constituída, na altura, por jovens (sob o comando de Eduardo Mondlane, Samora Machel e Filipe Samuel Magaia), como Armando Guebuza, Joaquim Chissano, Alberto Chipande, Sebastião Marcos Mabote, Josina Machel, Marina Pachinuapa, Bonifácio Gruveta e tantos heróis que não caberiam neste exíguo espaço, que lutou contra a dominação colonial portuguesa, libertando a terra e o homem moçambicanos, através do desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional.

A guerra foi um conflito armado entre as forças de guerrilha da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e as Forças Armadas de Portugal. Oficialmente, a guerra teve início a 25 de Setembro de 1964, com um ataque ao posto administrativo de Chai no então distrito (actualmente província) de Cabo Delgado, protagonizado pelas então Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) e terminou com um cessar-fogo a 8 de Setembro de 1974, que resultou na independência total e completa de Moçambique, a 25 de Junho de 1975. Alberto Joaquim Chipande foi protagonista do primeiro tiro no Posto de Chai.

Ao longo dos quatro séculos de presença no continente africano, a primeira vez que Portugal teve que enfrentar guerras de independência e forças de guerrilha foi em 1961, na luta pela independência de Angola. Em Moçambique, o conflito começou em 1964, como resultado do NÃO à dominação colonial portuguesa e à exploração e servilismo por que passava o povo moçambicano. Muitos moçambicanos ressentiam-se das políticas portuguesas em relação aos nativos e, influenciados pelos movimentos de autodeterminação africanos do pós-guerra, muitos destes tornaram-se, progressivamente, nacionalistas e, de forma crescente, frustrados pela escravidão da nação às regras exteriores.

Os portugueses estabelecidos no território, que incluíam a maior parte das autoridades, responderam com um incremento da presença militar e com um aumento de projectos de desenvolvimento.

Um exílio em massa de políticos da inteligência de Moçambique para países vizinhos providenciou-lhes um ambiente ideal, no qual radicais moçambicanos podiam planear acções e criar agitação política, no país de origem. Desta forma, a criação da FRELIMO e o apoio da União Soviética, China e Cuba, por meio do fornecimento de armamento e de instrutores, levaram ao surgimento da violência, que continuaria por mais uma década.

Do ponto de vista táctico-militar, as forças armadas foram sempre bem sucedidas nas suas missões, mesmo com o poderio militar que as forças portuguesas detinham. Após a Revolução dos Cravos em Lisboa, a 25 de Abril de 1974, que acabou com o regime ditatorial em Portugal, Moçambique acabaria por alcançar a independência a 25 de Junho de 1975, após mais de 400 anos de presença portuguesa nesta região de África.

De acordo com alguns historiadores da Revolução Portuguesa do 25 de Abril, o golpe de Estado militar foi impulsionado, principalmente, pelo esforço de guerra e impasses políticos nos diversos territórios ultramarinos de Portugal, pelo desgaste do regime então vigente e pela pressão internacional.

Hoje, passados 50 anos da criação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, urge dizer ODE ÀS FADM.

Fonte: www.janusonline.pt

Curiosidades

Conheças a hierarquia militar de Moçambique

A hierarquia militar em Moçambique é constituída por vários postos e categorias.

Postos e categorias

Actualmente existem no Exército e na Força Aérea as categorias de Oficiais, Sargentos e Praças, com as seguintes subcategorias e postos:

Oficiais generais, Oficiais superiores graduados em general, Oficiais superiores, Capitães, Oficiais subalternos - Tenente e Alferes; Oficiais em formação, Sargentos e Praças

Na Marinha de Guerra

Oficiais generais, Oficiais superiores graduados em general, Oficiais superiores, Oficiais subalternos, Oficiais em formação, Sargentos e Praças.

Fonte: www.mdn.gov.mz

Seleção Nacional de Basquetebol feminino despede-se do PR Armando Guebuza rumo ao Mundial da Turquia

